Págs.
Apresentação 5
Siglas e abreviaturas 7

PRIMEIRA PARTE

TESTES ARBITRÁRIOS

INTRODUÇÃO — OS "TESTES DA SIDA" ARBITRÁRIOS 11

CAPÍTULO I — ANTINOMIAS E CONFLITOS DE VALORES E INTERESSES 17

§ 1. Importância e complexidade problemática 17
§ 2. Privacidade, autodeterminação informacional e "direito a não saber" 22
§ 3. Os custos do saber: devassa, estigma, descriminação e desespero 27
§ 4. Das vantagens do saber a um "dever de saber"? 37
§ 5. As relações especiais de poder 47

CAPÍTULO II — ENQUADRAMENTO JURÍDICO-PENAL. OFENSAS CORPORAIS E INTERVENÇÕES E TRATAMENTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS ARBITRÁRIOS 51

§ 6. Consentimento/acordo e esclarecimento 51
§ 7. Consentimento (e acordo) presumido 56
§ 8. Entre a fragmentaridade da ilicitude penal e a continuidade do ilícito geral 61
§ 9. Ofensas corporais e intervenções e tratamentos médico-cirúrgicos arbitrários 68
§ 10. Atipicidade do teste (arbitrário) feito com sangue anterior e licitamente obtido 75
§ 11. A lição do direito comparado — a experiência alemã 86
§ 12. O direito português vigente 97

CAPÍTULO III — ILICITUDE E JUSTIFICAÇÃO 109

§ 13. Introdução. Os limites do discurso 109
§ 14. O direito de necessidade 112

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Págs.
§ 15. O "privilégio terapêutico". Da dirimente em geral 120
§ 16. O privilégio terapêutico e os testes arbitrários da SIDA 126
§ 17. Autorizações e imposições legais. A) Das autorizações em geral 130
§ 18. Autorizações e imposições legais. B) O processo penal 134
§ 19. Autorizações e imposições legais. C) O teste na prisão 144

SEGUNDA PARTE

CONFIDENCIALIDADE E SEGREDO

CAPÍTULO IV — CARACTERIZAÇÃO E PROBLEMAS GERAIS 163

§ 20. Direito e dever de revelar 163
§ 21. Segredo médico: dignidade e actualidade. Instabilidade e mudança 172

CAPÍTULO V — VIOLAÇÃO DE SEGREDO MÉDICO. O TIPO E SEUS LIMITES 179

§ 22. O bem jurídico típico 179
§ 23. O segredo como objecto da acção 183
§ 24. Os limites do tipo 196
§ 25. Consentimento/acordo. Estatuto dogmático e regime 201
§ 26. Acordo tácito/concludente e presumido 205

CAPÍTULO VI — ILICITUDE E JUSTIFICAÇÃO 211

§ 27. Justificação e conflito 211
§ 28. Direito de necessidade — agressivo e defensivo 216
§ 29. Prossecução de interesses legítimos, conflito de deveres e autorizações legais 226
§ 30. Processo penal: problemas materiais de ilicitude e problemas adjectivos de proibições de prova 232

CAPÍTULO VII — DEVER DE REVELAÇÃO OU COMUNICAÇÃO 243

BIBLIOGRAFIA 255

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br